

**OLHARES SOBRE AS MULHERES:
ALGUMAS TENDÊNCIAS RECENTES SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO.**

Andréa Tereza Brito Ferreira¹

Introdução

As discussões sobre o papel da mulher na sociedade atual nos remetem a análises teórico-históricas de um personagem que apenas recentemente passou a fazer parte do cenário acadêmico, principalmente nas Ciências Sociais. Ao olhar para o gênero feminino, como objeto de estudo, percebemos que existe uma diversidade de fatos e questões que o envolvem, haja vista a trajetória histórica de reivindicações e lutas deste ser por melhor e maior participação na sociedade.

Este trabalho visa apresentar algumas dessas discussões, procurando perceber o gênero feminino a partir de diferentes enfoques. No primeiro momento, pretendemos falar sobre a existência do feminino e a sua relação com o masculino na sociedade; em seguida, apresentar alguns movimentos de luta que marcaram o movimento feminista no mundo. O surgimento dos estudos de gênero constituem o terceiro tópico do nosso trabalho, e, para finalizar, situaremos estes dois momentos, feminismo e gênero, na nossa realidade brasileira.

¹ Professora substituta do Centro de Educação da UFPE.

O Feminino e o Masculino na Sociedade

Falar sobre a mulher significa falar de um determinado ser da espécie humana com características próprias que o diferem biologicamente do outro ser, que é o homem. A palavra sexo, na sua etimologia, quer dizer separar. De acordo com Ferreira, sexo é “a conformação especial que distingue o macho da fêmea nos animais e vegetais”(1986,p.1580). Esse significado, contudo, não nos deixa perceber nenhuma referência ao que diz respeito à superioridade, ou à submissão, de um ser com determinadas características em relação a outro. Porém, não é o que observamos quando tratamos da existência desses dois seres na história da sociedade.

Segundo Beauvoir, “quando duas categorias humanas se acham presentes, cada uma delas quer impor à outra sua soberania; quando ambas estão em estado de sustentar a reivindicação, cria-se entre elas, seja na hostilidade, seja na amizade, sempre na tensão, uma relação de reciprocidade. Se uma das duas é privilegiada, ela domina a outra e tudo faz para mantê-la na opressão”(Beauvoir, 1970:81). A partir dessa análise, podemos perceber que entre homens e mulheres, na sociedade, se desenvolve uma relação de poder, que se configura, ao longo da história, de variadas formas. Apesar das contradições existentes nos estudos que trataram das primeiras formas de sociedade humana e sobre a origem da submissão feminina, há alguns consensos.

Desde as sociedades primitivas que os papéis desempenhados por ambos os sexos são, na maioria das vezes, diferenciados. Dizem que, por se verem obrigadas a se afastar por longos períodos das grandes batalhas e caças, por conta dos encargos com a maternidade, as mulheres foram perdendo espaços em relação ao homem, e iniciou-se uma longa trajetória de submissão feminina.

Em apenas alguns trechos da História antiga as mulheres aparecem como personagem principal. Tomemos aqui o caso da civilização egípcia, um dos raros exemplos, ao longo da história da humanidade, em que a mulher era igualmente respeitada e por muitas vezes assumiu o trono, como foi o caso da rainha Hatshepsut (Noblecourt. 1994). Porém, não podemos dizer que todas as mulheres que assumiram cargos de mando, foram endeusadas ou mitificadas, ao

longo da história, tenham modificado a situação das outras mulheres do seu povo. O caso de Catarina da Rússia é exemplar, pois, mesmo tendo assumido um posto de poder, não melhorou a situação das camponesas russas (Beauvoir, 1970).

Historicamente, percebemos que as mulheres têm conseguido mudanças em sua situação de subordinação e de injustiça em relação aos homens, através de movimentos que lutam pela melhoria da sua condição.

Dentre outras inúmeras situações, a existência desses movimentos demonstra a constante relação de força entre o homem e a mulher, a qual impede que o primeiro exerça uma dominação absoluta sobre a segunda.

Nas relações sociais entre os sexos, nenhum homem domina completamente a mulher, assim como nenhuma mulher é completamente dominada pelo homem. De acordo com Saffioti (1992, p.184): “a relação de dominação e exploração não presume total esmagamento da personagem que figura no pólo de dominada-explorada. Ao contrário, integra essa relação, de maneira constitutiva, a necessidade de preservação da figura subalterna. Sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder”.

Os efeitos da dialeticidade dessa relação são encontrados nas mudanças que vêm ocorrendo na situação das mulheres na sociedade. A aceitação da sua participação no mercado de trabalho, por exemplo, aumentou significativamente em relação a outras épocas, como também o acesso à educação, visto que, atualmente, os níveis de sua escolarização superaram os níveis masculinos (Rosemberg, 1994). Do mesmo modo, há leis e mecanismos jurídicos criados para reprimir a violência dos homens sobre elas.

Os Movimentos e as Lutas Feministas

Foi a partir do final do século XIX que se registraram os primeiros movimentos de mulheres, mais precisamente na França, iniciado por Christine Pisan, chamado de *Querelle des femmes*. Conhecidos como *Essencialistas*, esses movimentos tomaram corpo e se expandiram por quase toda a Europa.

Os movimentos essencialistas lutavam pela igualdade formal dos direitos, como acesso à escola e ao saber legitimado, justificando que contribuiriam para um melhor desempenho das tarefas específicas das mulheres. O seu discurso visava a uma diferença essencial entre o sexo feminino e o masculino. Já no seu discurso podemos perceber que esse movimento carrega em seu bojo pensamentos discriminatórios, quando se trata das tarefas específicas das mulheres. Porém é considerado positivo por se tratar de uma forma diferente de ver a mulher dentro de um universo masculinizado.

O pensamento essencialista até hoje está presente em alguns grupos de mulheres, porém muitas ressalvas se fazem por conta de um certo extremismo que pode valorizar positivamente essas diferenças biológicas, psíquicas e cognitivas, mesmo quando elas são prejudiciais ao grupo. Isto é, muitas vezes se conclui sobre a realidade feminina baseada numa universalização entre as mulheres que não existe, pelo fato de terem elas a mesma estrutura biológica.(Yannoulas, 1994).

O movimento racionalista, também iniciado na França, já no século XX, via a diferença entre os sexos como socialmente elaborada ou produzida. Essa forma de pensar colocava o patriarcado como a causa da submissão da mulher e tentava afastar toda a possibilidade de diferença existente entre homens e mulheres. Esse movimento, surgido em final da década de 60 e início da década de 80, teve a psicanálise como uma grande aliada, que tentava com seus estudos buscar as razões da submissão da mulher nesta relação. Essa aliança foi realizada com o apoio das feministas acadêmicas.

Por outro lado, o pensamento racionalista lutava com uma bandeira de irmandade que na realidade não existia entre as mulheres. O que se tinha claro, nesse movimento, é que se deveria lutar contra o grande inimigo, o homem, e para tal era necessária uma unidade, mesmo nas diferenças. Essas diferenças estavam localizadas em termos de raça, idade, religião ou classe social.

O movimento feminista racionalista teve grandes avanços no que se refere à mobilização e participação das mulheres, porém, as diferenças mencionadas acima fizeram eclodir o movimento e dividi-lo em várias tendências, dando origem a uma pluralidade no movimento de mulheres. Essas começaram a se dividir em causas

específicas de sua condição, como no caso das negras, que defendem a sua especificidade não só na sua condição de mulher, mas também de mulher negra, e a se unirem em defesa de questões que fossem apenas de luta comum.

Os Estudos sobre Gênero

“O vocábulo gênero (masculino e feminino), tradicionalmente utilizado como sinônimo da indicação de sexo, isto é, o fato biológico de ser fêmea ou macho, tem sido usado por escritores atuais para se referir às diferenças socialmente impostas entre os traços característicos e papéis masculinos e femininos. Sexo é fisiológico, enquanto gênero, no sentido amplo, é cultural (sociológico). Esta distinção é crucial e em geral ignorada por aqueles que sustentam o *status quo* do masculino e assumem que as normas culturais da masculinidade e feminilidade são naturais, ou seja, direta e preponderantemente determinada pela biologia” (Viezzler, 1989: 107).

O conceito de gênero, surgido no final da década de 70, inicialmente, foi utilizado pelas feministas inglesas e se situa na esfera social, diferentemente do conceito de sexo, que se baseia na diferença biológica entre homens e mulheres. Esse conceito é principalmente usado pelas acadêmicas feministas, que abandonaram a busca pela origem e causa da opressão das mulheres para preocuparem-se mais com os significados das representações do feminino e do masculino e as construções culturais e históricas das relações de gênero (Yannoulas, 1994).

Os estudos realizados sobre as mulheres na academia, anteriormente aos estudos de gênero, denunciavam apenas a sua inexistência na história da sociedade, enquanto hoje, as acadêmicas que realizam estudos de gênero, através do conjunto de saberes interdisciplinares, preocupam-se em trazê-la à tona nas ciências sociais e explicar a sua opressão, através da análise das representações e condições de existência entre homens e mulheres na sociedade.

É importante salientar que não existe um consenso ao que se refere à utilização do conceito de gênero em relação ao de sexo. Algumas francesas, por exemplo, utilizam-se do conceito de relações

sociais de sexo, em que esse não se inscreve puramente no terreno biológico: sofre uma elaboração social que pode naturalizar os processos de caráter histórico (Saffioti, 1992).

A grande polêmica na utilização do conceito de sexo/gênero, segundo a autora acima citada, é que este ocorre de forma binária e dicotômica, ou seja, o indivíduo nasce com um determinado sexo e a ele são atribuídos determinados papéis pré-estabelecidos na sociedade, os quais desempenha, eliminando qualquer tipo de relação de força existente entre homens e mulheres na esfera social, assim como a escolha pessoal de desempenhar determinado papel social, independente do sexo biológico. Ao contrário, “o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas culturais passadas e futuras, um modo de uma pessoa situar-se através dessas normas, um estilo ativo de viver o mundo e o corpo” (Saffioti, 1992:189).

Podemos considerar que o conceito de relações sociais de gênero foi elaborado a partir da necessidade de uma teoria feminista que contemplasse as questões relacionadas com a subordinação da mulher ao homem dentro de uma visão mais ampla.

Nesse sentido, o conceito de gênero despreza a noção a-histórica e universalista nas análises sobre a mulher. O feminino e o masculino passaram a fazer parte dos estudos de gênero de forma relacional e são concebidos como conceitos culturais historicamente conformados, através de uma relação de mão dupla (Cangiano y Dubois; 1993, apud Yannoulas; 1994). Isto é, esses estudos buscam analisar as mulheres a partir das diversas realidades em que elas estão inseridas e de forma relacional com o outro sexo.

A noção de historicidade que os estudos de gênero tenta desenvolver nos remete à questão da totalidade, que é fundamental para a compreensão das formas de organizações de sociedades passadas e atuais, das quais as mulheres são praticamente inexistentes como sujeito. Segundo Habermas (1983), as leis do processo histórico são vistas através do particular e do específico, dentro do geral, valorizando as suas relações de forma dialética e dentro de uma totalidade. Dessa forma, os estudos de gênero não visam apenas completar a história dos homens com a história da mulher, e sim recriar, reinterpretar a história e o conhecimento – a partir das

diferenças de gênero – e estudar as causas da subordinação das mulheres dentro de um processo de constantes modificações históricas.

Outro ponto bastante importante na compreensão dos estudos de gênero está ligado à sua interdisciplinaridade. A abordagem interdisciplinar do conceito de gênero nos permite analisar a discriminação sexual e a subordinação da mulher na sociedade a partir de diferentes dimensões: política, econômica, social e cultural, já que, como os homens, as mulheres estão presentes em todas essas disciplinas. A dificuldade de se analisar a condição da mulher dentro de uma disciplina isolada é a mesma de se analisar qualquer outro fenômeno social de maneira uniforme, em que se obtém uma visão compartimentalizada, dissociada da totalidade do social.

Foram esses princípios sobre mulher e gênero que influenciaram tantos os movimentos feministas quanto os estudos acadêmicos sobre a mulher e gênero no Brasil.

Feminismo e gênero no Brasil

Os estudos desenvolvidos no Brasil sobre mulher e gênero puderam trazer para nós, hoje, a história de uma pioneira na luta pela denúncia e pela emancipação da mulher numa época em que nosso país vivia sob uma estrutura colonial e monárquica (Brandão, 1994). No final do século XIX, Nísia Floresta, em seus escritos, denunciava a situação da mulher da época e reivindicava o acesso à educação, influenciada pelos movimentos feministas que já tomavam corpo na França, como o *Querelles des femmes*. A luta pela reciprocidade e estima entre homens e mulheres foi a bandeira levantada por Nísia e que até hoje sonhamos realizar.

Ainda no século passado, foram registradas, em conexão com a campanha abolicionista, manifestações feministas no país. Já no nosso século, a luta pelo voto marcou significativamente a presença das mulheres na vida pública no Brasil.

A partir de 1945, com a redemocratização do país, as mulheres atuaram mais ativamente em grandes campanhas, como pela anistia, nacionalização do petróleo e pela paz mundial, marcando sua

participação na vida pública, geralmente ligadas aos movimentos sociais e ao partido comunista, embora sem qualquer conotação feminista. Com o golpe militar houve uma parada nos movimentos sociais, sendo retomados de forma clandestina depois de 1968, em oposição ao regime autoritário (Sarti, 1988).

A década de 1970 marcou o início da luta pela liberação da mulher mundialmente. Como em todo o mundo, esses movimentos tinham caráter fundamentalmente emancipatórios e igualitaristas (Goldberg, 1982). As mulheres dessa década lutavam com diversos grupos contra a discriminação social, abarcando dentro do movimento vários segmentos de luta: etnia, classe social, homossexuais, etc.

Nessa década, nos movimentos de mulheres, surgiram momentos militantes e teóricos, os quais ora se entrecruzaram ora se separaram. O ano Internacional da mulher, em 1975, decretado pela ONU, marcou o início da mobilização das mulheres no país, apesar do forte momento de repressão vivido nessa época. Associadas, na maioria das vezes, aos partidos de esquerda (ainda clandestinos no país), as mulheres foram se organizando e conquistando espaços de discussões e debates na política. A partir daí os movimentos de mulheres foram tomando corpo.

As feministas atuavam junto aos movimentos sociais, como associações femininas de bairro, os Clubes de Mães ou as Associações de donas de casa, organizadas nos bairros pobres, ligados em grande parte à Igreja Católica. Na década de 80, elas alcançaram uma consolidação de forças no quadro da política que emergia no país. Vários congressos e encontros foram realizados nessa década, o que favoreceu o alastramento do movimento por todo o Brasil, com diversas bandeiras de luta, tais quais: a educação, o direito, o trabalho, a saúde, os meios de comunicação, a sexualidade, o aborto, a creche e a violência sexual (Sarti, 1988).

Também nessa década, as diferentes composições que integravam o movimento de mulheres começaram a entrar em conflito. A dificuldade de manter uma unidade dentro da diversidade, respeitando as diferenças internas, fez com que o movimento perdesse o sentido. Ao mesmo tempo, “o caráter fundamentalmente político do movimento das mulheres, em detrimento das questões específicas da

mulher, era motivo de forte descontentamento para a corrente identificada com o feminismo, enquanto luta de opressão sexual”(Sarti, 1988:44). Esses conflitos apareceram em todos os estados do país, em proporções diferentes. Os diversos grupos passaram a exigir espaço para sua especificidade, antes relegada pela prioridade à unidade do movimento. Dentre os grupos mais fortes que lutaram internamente, destacam-se o das homossexuais e o das mulheres negras.

O movimento feminista, diante dessa realidade, parecia rompido, porém veio à tona com uma nova configuração. A unidade foi desfeita em face às questões específicas. “Esvaziam-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganha força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional” (Sarti, 1988:44).

Por outro lado, os estudos sobre a mulher ganham força na academia, principalmente na área de ciências humanas. A multidisciplinaridade que envolve a antropologia, letras, a psicologia, história, educação, etc. invade os espaços em um ambiente, muitas vezes, pouco receptivo aos estudos da mulher, propiciando um novo olhar às ciências sociais e resgatando o feminino como sujeito.

Não podemos dizer que toda a produção escrita sobre a mulher no Brasil foi realizada apenas pela academia, pois existe uma combinação de investigação acadêmica propriamente dita com a sistematização de experiências de grupos feministas. Essa combinação nem sempre se dá de forma pacífica, pois a ligação que o estudo acadêmico requer com a vida social, com o cotidiano das mulheres, muitas vezes passa ao largo dos movimentos de lutas feministas por questões quase sempre desconhecidas. O que se tem claro é que é de fato necessário que as duas formas de pensar os problemas da mulher estejam em constante relação, o que se poderia chamar de uma relação entre teoria e prática .

Para concluir

A trajetória histórica das mulheres ao longo dos tempos vem modificando sua forma de atuação na sociedade. Hoje, chegando ao

século XXI. temos uma nova conjuntura política, econômica, social e, conseqüentemente, uma mulher diferente de épocas atrás. Isso que não quer dizer que não haja mais bandeiras e lutas, e sim que há também, hoje, novas bandeiras e lutas.

Os diversos momentos, comentados no texto, contribuíram para essas mudanças ocorridas tanto no plano profissional quanto social. Podemos dizer que, atualmente, a sociedade tem uma imagem diferente da mulher e por conseguinte da relação entre os gêneros, embora ainda se tenha muito a conquistar, seja por meio das lutas no cotidiano, seja através dos seus estudos da academia.

Percebemos que os estudos de gênero surgidos no Brasil talvez tenham contribuído para a existência de uma divisão entre militantes e acadêmicas, mas, como em todo o mundo, essa divisão surge a partir da crise do movimento racionalista de mulheres, que não conseguiram harmonizar as diversidades existentes dentro do movimento, abrindo espaço para o surgimento de diversos grupos de interesses.

Essa crise nos leva a uma nova forma de pensar os problemas entre os gêneros em uma sociedade como a nossa, com diferenças profundas de classe e raça, o que impede em todos os momentos tratar uniformemente essas questões, portanto, valorizar diversos grupos.

Os grupos em torno dos problemas das mulheres formam um *corpus* de saberes que proporcionam categorias e metodologias para análise das representações e condições atuais de existência entre homens e mulheres em sociedades passadas e atuais. Essas condições e representações se traduzem, hoje, em direitos de cidadania aos quais devem ter acesso todos cidadãos e cidadãs, se pensamos na construção de uma sociedade mais justa e, portanto, mais democrática.

BIBLIOGRAFIA:

- ALVES & PITANGUI, J. O que é feminismo? São Paulo, Brasiliense, (Coleção primeiros passos),1985.
- APPLE, M. Ensino e trabalho feminino: Uma análise comparativa da história e ideologia. Cadernos de Pesquisas, n. 64, São Paulo, Fundação Carlos Chagas,1988.
- AMADO, Tina e BRUSCHINE. Estudos sobre a mulher e educação: Algumas questões sobre o magistério. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 1988, n. 64,.
- BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- BRUSCHINE,C. O trabalho da mulher no Brasil: Tendências Recentes. In: Mulher Brasileira é Assim. Org. Heleieth I.B.Saffioti e Mônica Muñoz Vargas. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.
- CARNEIRO, S. A identidade feminina. In Saffioti, Heleieth I.B.; e Muñoz-Vargas, Mônica (Orgs.). Mulher Brasileira é Assim. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.
- FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, A. T. B. A Docência Elementar nos Limites de uma Territorialidade Feminina?. Recife, UFPE, Dissertação de Mestrado, 1997.
- GOLDBERG, A. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): Primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na Europa e no Brasil. In Luz, Madel T. (Org.). O lugar da mulher. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1982.
- NOBLECOURT A mulher nos tempos dos faraós Campinas, Ed. Papyrus, 1994 .

- ROSEMBERG , F. A educação de mulheres jovens e adultas no Brasil - In *Mulher brasileira é assim*. (Org.) Heleieth Saffioti e Mônica Muñoz-Vargas, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1994.
- SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In Oliveira Costa, Albertina de; e Bruschine, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero* Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1992.
- SARTI , C. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1988, n. 80.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n(2), 1995.
- TRINDADE , E. M. C. Trilogia doméstica: A mística ou formação da mulher para a vida privada. *Anais da XIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, SBPH, 1994.
- VIEZZER, M. O problema não está na mulher . São Paulo, Ed. Cortez, 1989.
- YANNOULAS, S. C. Educar: uma profissão de mulheres? La feminización del Normalismo y la Docencia - Brasil y Argentina (1870-1930). Brasília, Tese de Doutorado (mimeo.), FLACSO\BRASIL , 1994.